

Lembranças, afetos e multiplicidades na pauta do judiciário.

Remembrances, affects and multiplicity in the list of judiciary

Jussara Maria Kircher Lima

Tania Mara Galli da Fonseca

Resumo:

Neste artigo propusemos a reflexão sobre a multiplicidade de significações que o processo de guardar lembranças e contar a História adquirem no devir do tempo. A partir da análise das repercussões que emanaram de uma exposição de fotos dos acervos pessoais de servidores de uma instituição do Poder Judiciário, em que a memória coletiva foi evocada a partir da individual, abordamos a passagem do tempo operando na constituição e no cuidado de si, baseados nos conceitos propostos por Michel Foucault. Procuramos ressaltar também, dentro do âmbito pessoal e institucional, o quanto o olhar para o passado influencia a construção do futuro, podendo tanto trazer a criação do novo quanto sucumbir à naturalização de verdades que fazem repetir o mesmo.

Palavras-chave: Tempo, Memória, História.

Abstract:

In this paper we had proposed a reflection about the multiplicity of significes that saving rememberings process and telling history acquire in the becoming of time. From analysis of emanated repercussions of an exposition based on individuals photograph heaps of brazilian judiciary institution functionarys, where collective memory was evocated from individual, we had

approached a time passing operating on self-care and constitution, based on concepts proposed by Michel Foucault. We look to emphasizing, within personal and institutional scope, all that past looking influences in future construction, could bring to new's creation as much as to succumb to truths naturalization wich does repeat the same.

Key-words: Time, Memory, History.

Introdução

Temos o hábito de guardar lembranças, impulsionados por diferentes motivações e costumes, que nem sempre têm uma explicação óbvia ou racional e nem seguem uma cronologia formal. Com o tempo, vamos agregando novas significações aos objetos que são guardados, os quais poderão adquirir grande valor e serem considerados como verdadeiros tesouros.

Historicamente, os tesouros eram guardados em caixas de madeira, conhecidas como arcas ou baús. No âmbito familiar, assim como os baús, algumas gavetas, abertas e redescobertas, vez por outra, ainda costumam guardar tesouros íntimos ou legados, como nossos diários, correspondências, fotos e objetos que lembram "acontecimentos" da vida pessoal ou familiar. Isto, que guardamos nos baús ou gavetas, tem importância fundamental na passagem e transmissão de heranças familiares, guardando os segredos de nossa própria constituição psíquica. Nestes tesouros, um legado de identidades é encontrado, algumas vezes repleto de segredos, ritualizado, para ser oferecido em ritos de passagem, guardados para que sejam abertos no momento apropriado, para quando precisarmos deles ou quando pudermos apreendê-los. Embora costumem surgir dentro das famílias, também falam de outras tantas instituições que as atravessam e se interpõem na constituição de suas heranças, legados ou acervos, podendo

contar algo do contexto histórico em que esteve imersa a construção de tais “tesouros”.

Este texto propõe uma análise sobre os vários e possíveis sentidos que as formas, algumas vezes muito peculiares, de transmissão de experiências e memórias podem apresentar na passagem do que são e de como se constituem as instituições. Nesta reflexão, os movimentos individuais e coletivos vão se confrontando, revelando as analogias e reverberações entre um âmbito e outro. Consideramos estas formas de transmissão como instâncias que transitam dentro e fora de si mesmas, em retro-alimentação. Nesse processo, algumas vezes o que parece individual e singular é aquilo que está instituído, aquilo que é do consenso coletivo, algumas vezes tomado como inquestionável e que, por esta força, deixa suas marcas, se enraíza, constituindo e configurando uma instituição. Mas, além de uma passagem do que já se impregnou nos corpos, em outros momentos também se vê a emergência daquilo que foge ao instituído, mostrando algo novo, único e singular. Nesta perspectiva, guardar lembranças, ao longo do tempo, pode se tornar fundamental para a continuidade de uma potência criativa e criadora da vida individual e coletiva.

Perceber as sutilezas que traduzem como a potência de vida se produz e resiste dentro de uma instituição e por dentro do tempo é algo que acontece às vezes ao acaso, demonstrando o quanto a processualidade é importante, tanto mais que os resultados das próprias realizações. Constata-se que a construção do novo necessita de saídas, brechas ou oportunidades para se viabilizar e visibilizar, sendo interessante reconhecer os momentos de sua evidência para dar continuidade ao seu devir, permitindo o fazer-se da história e da diferença, em contraposição à repetição do mesmo.

Neste contexto, trazemos uma ação idealizada por um Projeto de Memória Institucional, que adquiriu o caráter de intervenção na instituição, propondo a reflexão sobre o passado e a memória enquanto instâncias do presente, vivas e intensivas. Pretendemos analisar o que nos pareceu um

momento novo, repleto de potencialidades, que se mostrou como modo de transmissão de vida, compartilhamento de experiências e reflexões, além de poder mostrar as marcas das instituições na subjetividade de quem as mantém, enquanto modos de ser, sentir e agir.

Talvez possamos dizer que, quando se evocam narrativas sobre as experiências e convivências no ambiente de trabalho, revelam-se ou vislumbram-se as identificações que vão sendo moldadas, passando a constituir uma forma de construção da memória e história de um coletivo. Através da reflexão sobre o que se guarda, percebemos o processo de transmitir e compartilhar lembranças e conhecimentos como ferramenta que nos constrói subjetivamente.

Considerando nossas práticas no mundo contemporâneo, com toda sua riqueza e transbordamento de “tempos”, refletir sobre o que se transmite e que nos constitui, considerando os desejos, necessidades e as configurações que operam neste processo, parece uma questão rica de significados e possibilidades. Talvez se possa pensar em nossa necessidade de referências não descartáveis, mesmo que sejam forjadas ou arrancadas de um tempo descontínuo e irregular.

Enfocamos uma exposição de fotos¹, realizada a partir de acervos pessoais, principalmente dos servidores de uma instituição pública do Poder Judiciário Federal. A partir de um convite inusitado, aquilo que até então estava guardado para si, foi oferecido para tornar-se parte de uma memória coletiva e social. Também citamos a disponibilização de alguns depoimentos², os quais complementaram esta mostra, afirmando a importância dos agentes diretos do trabalho desenvolvido na instituição.

A realização da exposição foi bem recebida³, tendo sucesso, entre outros motivos, porque um acervo de fotos existia, embora estivesse guardado. É como se um tesouro tivesse sido descoberto e vindo a público, tornando-se um momento importante que emanou repercussões, como num

processo de contágio. Muitas das fotos selecionadas para a exposição faziam parte de álbuns de tamanho considerável.

Foi possível perceber que o poder das imagens vai além do que elas aparentemente registram, constituindo-se como captura de um momento vivido no passado, mas presente por suas repercussões, que adquirem configurações próprias, dependendo de cada olhar.

O valor de "afecção"⁴ que pode ser despertado por uma fotografia é abordado por Kirst e Costa (2005) quando destacam que esta pode propiciar um reconhecimento de si e, em determinados casos, uma reinvenção de si. Algumas vezes, as fotografias podem criar "um momento para o qual recorrer, uma ancoragem como o próprio nome."

No caso que estamos trazendo, observou-se como cada fotografia servia para que um agregado de fatos, momentos de vida e lembranças fosse trazido ao presente, transformando-se num legado de identidade comum, que os mais "antigos" na instituição puderam passar aos mais "novos". Durante a exposição, tornou-se visível a troca de informações e recordações despertadas a partir das fotos. Momentos do tempo da instituição misturavam-se aos momentos pessoais, acontecimentos na vida de cada um estavam marcados ali - como por exemplo, momentos compartilhados com os colegas durante uma gravidez, um noivado, a conquista de um novo desafio de colegas que se exoneraram para seguir outros caminhos e, ainda, a lembrança de colegas que faleceram, deixando saudades.

Um tipo de vínculo diferente do já instituído parece ter se mostrado neste processo de transmissão. A intimidade, amizade e convívio de alguns grupos de trabalho mostraram-se com intensidade. Em muitas fotos, descobria-se o encontro dos colegas fora do contexto da instituição, demonstrando-a como potencialmente catalisadora de vínculos que buscam expandir-se com maior liberdade em outros contextos e ambientes.

Todo o processo que envolveu a exposição levantou a possibilidade de várias análises, entre elas, pensar sobre o ato de guardar lembranças - neste

caso, ligadas ao convívio de trabalho. Algumas vezes, ao guardarmos fotos ou objetos, construímos acervos do passado, pelas mais diversas motivações; talvez como uma forma de guardar o tempo de nossa existência ou para não esquecermos vivências importantes, outras vezes para continuarmos vivendo bons momentos...

Encontramos neste processo um “jogo”, como um quebra-cabeças, que fala de nossa relação com o tempo e a história. Neste processo, o tempo passado nos oferece novos olhares e reflexões em função do distanciamento do momento vivido. Aquilo que é guardado tem importância particular, carrega um pouco do dono, lhe garante a presença e inclusão, é algo de nós que não queremos que seja esquecido. Fala de nossa singularidade, de nossos sentimentos, identificações e possibilidades de ser, mas também fala da necessidade de um testemunho que garanta nossa presença no transcorrer do tempo.

É interessante perceber como aquilo que, num primeiro momento, é guardado para si, vindo a ser oferecido ou compartilhado, configura um tipo de relação que nos revigora, revigorando o vivido. No processo de reviver, novas reflexões podem ser feitas, mostrando que o passado continua sendo, pois ele é, enquanto que o presente é um vir a ser.

A intensidade de um acontecimento

A exposição de fotos fundou um momento diferente na instituição judiciária, tomando um caráter de “acontecimento institucional”. Entendemos, aqui, o termo “acontecimento” como um momento que deixa repercussões e desdobramentos em algum modo de ser ou fazer dentro de uma dimensão atemporal, uma vez que está sempre se presentificando. Um “acontecimento”, apesar de poder se confundir com uma realização, é mais do que isto, pois se inicia muito antes do momento que parece marcar sua

existência e reverbera através do tempo, sem que se possa definir quando termina.

Ao entendermos que o processo que envolveu esta exposição se iniciou no momento de seu planejamento e proposição, gerando um movimento dentro da instituição (arrecadar as fotos, rememorar momentos e compartilhar lembranças), perguntamos: se esta exposição não tivesse ocorrido, quando estas recordações seriam compartilhadas? Quantos sentidos mais foram agregados a elas, após a exposição? Que sentimentos foram suscitados e quantos foram ressignificados?

Vislumbramos, com este “acontecimento”, um modo de se mostrar aos outros, a partir de uma nova forma de entender e contar a história de um coletivo, com outra perspectiva sobre quem é sujeito da história e com um novo olhar para os vínculos criados a partir da instituição e com ela. Enquanto acontecimento, a exposição pode ter se tornado um marco a influenciar o que está por vir e o que se passará a valorizar como história dessa instituição. O destaque dado aos servidores como agentes da história interrogou a instituição. Mesmo aqueles servidores que não apareceram nas fotos tornaram-se presentes através de seus colegas. Um coletivo saiu do anonimato, passou a ser lembrado ao tornar-se visível.

Fonseca (2006) nos explica que “acontecimentalização” é um processo de desnaturalização das formas instituídas, que deixa suas marcas, influenciando o futuro com novas práticas a partir de novos conceitos. Trata-se também de um modo ou perspectiva pela qual se busca entender momentos institucionais, analisando seus contextos. A partir disto, pode-se pensar em formas de intervir, explicitando tensões entre o instituído historicamente e o instituinte, aquilo que se vê em processo, em busca de brechas por onde escapar. Neste sentido, pretende-se promover a reflexão sobre o que se torna regra (instituído) e o que se exclui da regra, tornando possível que potencialidades, até então enfraquecidas, possam fluir.

Tomamos o processo de desnaturalizar as verdades que sustentam formas instituídas a partir dos conceitos propostos por Foucault em seus estudos sobre a constituição da subjetividade. Desnaturalizar, aqui, é tomado como o exercício constante de questionar a validade de postulados e conceitos que, por serem intensamente utilizados, passam a ser encarados como óbvios e naturais.

Segundo Eizirik (2005), Foucault mostrou em seu trabalho que a produção de verdades acontece no discurso e nas práticas. Contudo, a verdade não tem como característica ser perene e constante; por isto ela exige ser permanentemente confirmada, através de questionamento e revisão.

Enquanto “acontecimento”, outros aspectos relacionados com a exposição demonstraram novas perspectivas e possibilidades dentro dos modos habituais e convencionados com que as coisas até então se apresentavam no lugar. A exposição foi planejada com características de instalação de arte, ou seja, intervindo no olhar das pessoas, ocupando um espaço de passagem⁵, forçando que as pessoas interrompessem seu destino e olhassem para os painéis de fotos, ou escutassem depoimentos de colegas, fora de seus ambientes de trabalho. A seriedade, formalidade e racionalidade que emanam do ato contínuo de julgar e decidir as questões em litígio não cabiam na contemplação da exposição, ficando um pouco de lado. Era um outro momento a se introduzir e conviver com a rotina de uma Corte.

Pouco habitual, esta proposta conseguiu impor-se ao formalismo, tão presente historicamente nas instituições do Judiciário. O mármore que reveste o prédio, podendo simbolizar a sofisticação, dureza, permanência e rigidez, ficou num segundo plano, diante do colorido, emoção e simplicidade da instalação. Apesar da singeleza, a profundidade de sua representação e alcance na subjetividade dos envolvidos mostrou sua força de intervenção, interrogando a história já conhecida, ao mostrar que outras histórias estão contidas naquela que se tornou oficial. Talvez a possibilidade de um novo

território de coexistência da instituição tenha se instalado para alguns, ou apenas tenha sido vislumbrado.

Ainda apoiando nossa análise no conceito de acontecimento, enfocamos a noção e compreensão do tempo enquanto determinante de nossa subjetividade, dentro e fora das instituições. A imagem do tempo aqui não é a de sua fugacidade, mas de sua duração. A partir de uma abordagem clínica, Rolnik (1995) fala da relação tempo-subjetivação, quando propõe a associação dos acontecimentos com a produção das mudanças e do amadurecimento pessoal, os quais produzem um "mal-estar" a partir de um contato com o "novo" ou diferente, que promovem desacomodação de certezas e posturas. Segundo a autora, um acontecimento é "a imantação de uma multiplicidade de diferenças, necessariamente singular, que anuncia uma transformação irreversível de nosso modo de subjetivação" (ROLNIK,1995: 97).

A história oficial normalmente é contada seguindo uma ótica unilateral, através de uma seqüência de fatos que nem sempre pode compreender toda a riqueza e o que podem representar certos momentos. A história é rica de acontecimentos, cuja dimensão de inovação é atemporal, não podendo, portanto, limitar-se a uma data, nem se encaixar na precisão e noção do tempo cronológico.

Como se escreve a história...

Sobre a história e o devir, nos fala Pelbart: "... O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história. A história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história. Sem a história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica (...). O devir não é história: a história

designa somente o conjunto de condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se a fim de “devir”, isto é, para criar algo novo. É exatamente o que Nietzsche chama de o Intempestivo...” (PELBART, 2007: 114)

Ao sermos confrontados com alguma espécie de retorno ao passado, seja este provocado por um objeto, lembrança ou fato, tendemos a nos posicionar diante deste movimento por dentro do tempo. Não se sabe em que medida as pessoas envolvidas ou que apreciaram a exposição se apropriaram do novo. Contudo, acreditamos que surgiu o germe de uma nova relação com o passado e com as histórias, heranças e filiações já existentes. Diante desta análise, perguntamos: para que serve olhar para o passado? Até que ponto ele nos reflete na atualidade? Para que servem as memórias e a história (mesmo que recente) de uma instituição? O que vale a pena preservar? Como contar uma história que possa ser tomada como coletiva? Como se pode contar a história?

Antes da exposição, o acervo de fotos e demais documentos guardados no Setor de Memória Institucional se constituía, em sua maioria, do registro de eventos, cujo foco principal eram as autoridades e desembargadores presentes em solenidades e comemorações oficiais. Após a exposição, foi possível incorporar ao acervo oficial as imagens das fotos doadas pelos servidores, agregando outros fatos e realizações que também passaram a contar no transcorrer e intensidade do tempo e para a história daquele órgão público.

A propósito desta inclusão, cabe apontar que os chamados “Acervos Pessoais” têm adquirido destaque e valorização, gerando debates e reflexões entre os historiadores e arquivistas. Cook (1997) aborda a polêmica existente entre os arquivistas em relação à validade e ao caráter histórico e arquivístico dos chamados acervos pessoais, em contraposição aos tradicionais acervos institucionais. Para este autor, a compreensão atual dos processos históricos e sociais não sustenta mais o ideal de neutralidade da seleção e classificação feita pelos arquivistas. Sua posição é de que os

arquivistas devam valorizar os acervos pessoais tanto quanto valorizam os oficiais, pois no processo de recordar mesclam-se os fatos pessoais e sociais. O público e o privado não estão dissociados nos acervos pessoais, tornando-se também uma fonte de auxílio na compreensão da sociedade.

Assim como aconteceu com a arrecadação de fotos, os servidores que concederam depoimentos relataram algo de sua passagem dentro do Tribunal. Alguns demonstraram valorizar sua experiência e reflexão sobre a instituição, desejando compartilhá-las com os colegas. Outros trouxeram sua história pessoal e afetiva para dentro da história da instituição, possivelmente pelo entendimento e compreensão de que estavam confirmando sua participação e representatividade na vida que circula e permeia o instituído. A relação de cada um com o valor e sentido de seu trabalho ficou evidenciada. Pôde-se perceber os entrevistados como sujeitos da história, com seus valores e envolvimento, mostrando a vida de cada um atravessando a instituição.

A propósito dos depoimentos e narrativas, atualmente alguns historiadores e cientistas sociais têm recorrido à técnica da história oral para resgatar a história e memória das instituições, comunidades e grupos sociais. Através das narrativas de pessoas que vivenciaram os fatos pesquisados, busca-se o que se pode chamar de "crônica do cotidiano". Muitas vezes se pretende dar voz aos excluídos em relação à chamada história oficial; outras vezes, busca-se trazer à tona opiniões e leituras divergentes, acerca de um mesmo fenômeno político, histórico ou social.

A partir do que já expusemos, abrem-se novos caminhos de compreensão e indagações, considerando-se que, tal qual num rizoma⁶, podemos começar a entender um contexto a partir de qualquer ponto de suas micro-dimensões, para se conhecer e compreender o macro que o cerca e constitui. Tomamos, aqui, o conceito de rizoma como ferramenta para expor nosso entendimento das questões envolvidas na compreensão da história, a partir da análise sobre o ato de selecionar e guardar registros e

memórias, buscando entender o devir do tempo, também rizomático, que atravessa a subjetividade humana.

Quando se selecionam, classificam e categorizam os fatos e acontecimentos, imprime-se uma lógica e uma coerência no devir da história que se quer contar. Utilizando alguns conceitos de Deleuze e Guattari (1995), podemos entender que uma história pessoal ou coletiva pode ser apresentada e contada tanto através de um tipo de memória rizomática, quanto com um tipo de memória arborescente. A escolha de como se apresenta ou descreve a história define nossa compreensão de como ela se constrói e de como se consolida aquilo que é tomado como verdade e que certamente repercutirá no futuro.

A memória do tipo rizomática é chamada por estes autores de “memória curta”. Esta forma de contar e considerar uma história parece compreendê-la como um processo, um devir. É um tipo de memória que é atemporal, pois é descontínua e demonstra-se como multiplicidade. Já o tipo arborescente de memória, chamado de memória longa (família, raça, sociedade) é aquela que decalca, traduz, organiza e hierarquiza os acontecimentos, conferindo-lhes significações que envolvem modos de subjetivação.

Durante a exposição, observou-se uma proposta de contemplação da passagem do tempo dentro da instituição, naquilo que guarda um pouco da vida de cada um. Para que a potência de vida e os laços afetivos ficassem evidenciados, foi introduzida uma perspectiva rizomática na forma de apresentar e contar a história. Não foi seguida a cronologia oficial, que habitualmente é pautada pelas gestões da alta administração ou pelas posses dos magistrados. Os painéis que reuniram as fotos apresentaram uma outra seqüência e seleção de fatos, que não foram hierarquizados, sendo organizados de acordo com os momentos que refletiam. As fotos foram agrupadas em painéis denominados: Anos de Aperfeiçoamento e Crescimento; Anos de Cultura e Esportes; Anos Integração e Convívio; Anos

de Solidariedade, Organização e Associação; Anos de Parcerias e Responsabilidade Social.

Esta forma de contar a história contrasta com a forma com que o tempo, organização e andamento do fazer e do trabalho nas instituições do Poder Judiciário costumam operar. Em decorrência da costumeira ritualização e valorização do rigor e dos prazos, próprios da tramitação dos processos judiciais, os modos de ser, trabalhar e interpretar o tempo têm como algumas de suas características a objetividade, o método, o formalismo e a retidão.

Entendemos que, no caso desta exposição, o tempo vivo da memória se colocou como uma intervenção; apresentou "histórias" dentro de uma história, tempos dentro do tempo, tal como representam as bonecas russas, que sugerem uma geração dentro da outra, em estreita relação de continuidade e descontinuidade.

Podemos ver no trânsito ou fluxo entre o passado, presente e futuro as ramificações rizomáticas da memória. Os novos significados dados aos fatos do passado provêm de um mergulho na subjetivação do presente e, ao mesmo tempo, se referenciam no que já se está projetando para o futuro. Pelbart (2007), em sua pesquisa acerca dos estudos de Deleuze sobre o tempo, nos aponta que, na esteira da teoria de Bergson⁷ sobre a memória, este se apresenta de forma múltipla, enquanto um rizoma temporal. Tal perspectiva contraria fortemente a nossa tendência a pensá-lo a partir de uma linha do tempo, com uma só direção.

Com estes pressupostos teóricos, considerando-se o pensamento e a percepção como operações envolvidas no ato de lembrar, cujas naturezas são diversas, as memórias e lembranças podem ser entendidas e captadas a partir de uma imagem virtualizada, com múltiplas facetas. É o que depreendemos do que Pelbart (2007) nos descreve:

"Com efeito, quando buscamos uma lembrança, damos um salto no passado para encontrá-la, mas no passado que não está em nós, nesse

passado eterno, elemento ontológico, condição para a passagem de todo o presente particular. Salto na ontologia, no ser em si, no ser em si do passado, Memória imemorial ou ontológica. É que o passado não é o que vem depois de ter sido presente, nem pode ser reconstituído pelo novo presente no qual ele é passado. Se assim fosse, entre a percepção e a lembrança não haveria mais do que uma diferença de grau, e não de natureza.” (PELBART, 2007: 37)

Na busca de compreensão da relação do tempo com os modos de subjetivação, Foucault nos interroga sobre como se escreve a história. Segundo Veyne (1982), Foucault utiliza como método para analisar a história a constatação e descrição do que fazem as pessoas, ou seja, de suas práticas. Estas práticas objetivam e produzem as relações dos sujeitos consigo mesmo e com os outros, através dos jogos de verdades em que se ancoram. Os reflexos das práticas observadas ao longo da história se dão nos campos do saber, nas estratégias de poder e nas técnicas de si que caracterizam uma determinada formação histórica.

Assim como Foucault, Baremlitt (1998) também aborda a questão do poder, quando analisa o papel da historiografia. Segundo este autor, ela registra aqueles fatos históricos que convêm às classes dominantes, instituições, instituído, organizado, enfim, a quem “tem recursos para resgatar e promover os documentos.” Assim, numa análise e reflexão críticas sobre as instituições, o interesse pelo passado se torna justamente compreender o que dele ainda atua no presente e já está determinando o futuro.

Bosi (2003), quando nos fala da prática da História Oral, observa o quanto as questões de poder aparecem nas entrevistas. O enfoque deste tipo de pesquisa não é buscar o que já está instituído e confirmado como a experiência e trajetória passada. Contudo, muitas vezes, o que se obtém dos entrevistados são justamente as “marcas” das instituições e as versões da história aprovadas pelos grupos que estiveram no poder, ou que ainda se

mantêm neste. Segundo esta autora, nem sempre as testemunhas orais são mais “autênticas” que a versão oficial, pois “muitas vezes estas são dominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional...” (BOSI, 2003: 17-18).

As lembranças que podem cuidar da vida...

Quando nos interessamos pela riqueza de lembranças que surgiram através das fotografias guardadas nos acervos pessoais, dirigimos um olhar para o que já definimos como nosso recorte. Ao ampliarmos este olhar, percebemos outras configurações e desenhos que revelam em seu âmago uma instituição desnuda, descoberta, sem as armaduras, formalidades e convenções que a sustentam. Interessa-nos a representação desses acervos na vida de quem os guardou e sua repercussão na vida de quem, direta ou indiretamente, tem relação com o que se guardou e a quem são oferecidos a compartilhar.

Os processos de subjetivação e construção de verdades que permeiam o ato de guardar lembranças, utilizando-as para transmissão de heranças, parecem falar de uma relação particular que se tem consigo mesmo, como que uma construção de si, que prescinde dos semelhantes e de nossos afetos para se constituir e configurar.

A partir do estudo sobre os cuidados de si de Foucault, entendemos que a exposição de acervos pessoais fez vazar afetos que representaram um modo de cuidar de si, guardando lembranças da existência de cada um dentro do coletivo da instituição. Ela desnudou o vínculo, selecionando outros fatos que também contam a história. Diante da força de modelação que se passa para e por pertencer a uma instituição, muitas podem ser as formas que criamos para o cuidado de si. Neste contexto, pensamos o cuidar de si no sentido de se manter a salvo da repetição do mesmo, do homogêneo, do que não tem rosto nem individualidade. Cuidar de si é poder sentir-se inteiro

ao transitar por várias esferas, ser parte de diversos coletivos (família, raça, religião, profissão), ser múltiplo como os tempos contemporâneos, mas também ser um que faz diferença.

De alguma forma, também poderíamos dizer que guardar lembranças é guardar e resguardar a si. É reconhecer a si mesmo, fazendo a própria seleção. Deixar registros na instituição (afetos, trabalho) é compartilhar a si e assumir um desejo de lembrar e ser lembrado. Quantas vezes ouvimos alguém dizer, a respeito de seu trabalho ou em relação ao lugar onde trabalhou, principalmente após a aposentadoria, “- Isto é parte da minha vida....É parte de mim” ?

Muitas são as formas que desenvolvemos como cuidados de si⁸, sendo que, através delas, constantemente estamos nos subjetivando. Encontramos no antigo hábito de guardar escritos e anotações, semelhanças e analogias com o que apresentamos até aqui, enquanto objeto de nossa análise. Quando Foucault (2006a) nos fala sobre a Escrita de Si, como parte de uma série de estudos sobre as “artes do si mesmo”, ele nos fala de uma prática que envolvia anotações valiosas que serviam como verdadeiros “livros de vida”, dentro da transmissão cultural greco-romana.

Estes “livros de vida” constituíam-se de cadernetas de anotações denominadas hypomnêmatas. Segundo Foucault (2006a), “ali se anotavam citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente. Eles constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; assim eram oferecidas como um tesouro acumulado para releitura e meditação posteriores.” (FOUCAULT, 2006a:147)

Também nestes estudos, Foucault (2006b) nos sugere que o ato de escrever para si é como que uma produção das fontes que alimentam nossos pensamentos, nascidas das conversações consigo mesmo, tomando a si como um outro. Talvez quase como um espelho que reflete o que cada um toma como possibilidades de identificação. Considerando-se a força e

intensidade das memórias durante o tempo, nossas identificações vão sendo construídas, se mostrando como uma imagem que, às vezes, parece nítida e configurada, e em outros momentos é destoante e indefinida. A constituição de si vai se tornando reconhecível, de acordo com as significações e percepções que as lembranças vão adquirindo neste processo de construção. O passado se presentifica e o que poderá se tornar futuro vai se desenhando.

Outra característica dos *hypomnêmatas* é que estes devem estar sempre disponíveis, para que seja possível a reflexão através de um novo olhar, ou para que haja a possibilidade de se obter elementos que auxiliem a exercer o "cuidado de si", sempre que necessário. Embora tenham a característica de intimidade pessoal, os *hypomnêmatas* têm uma função de constituir e dar estrutura a si e a todos que buscarem se encontrar, cuidando de si - neste caso, pela nutrição do que se pôde captar do que já foi pensado, dito e escrito.

Ficamos com a idéia do quanto as leituras e escritas podem operar, tornando-se parte e matéria-prima da constituição da subjetividade, tal como acontece com as lembranças. Neste mesmo sentido, as lembranças que se despertam através dos objetos podem nos auxiliar a dar significações, que nos inventam e nos ancoram como estruturas. Cada um se aferra a algumas memórias, delimitando territórios pessoais que se expandem ou se transformam, conforme o significado e olhar que lançamos a cada lembrança, à medida que vivemos e adquirimos novas experiências.

Nestes territórios ou terrenos forjados pelo devir de cada um, "enterramos" nossos tesouros, nossas riquezas íntimas. O verbo "enterrar" funciona aqui metaforicamente, como um ato em que se "esconde" do olhar algumas lembranças, carregadas de identificações e emoções, que embora façam parte de nossa vida e constituição psíquica, estarão sempre disponíveis, podendo ser sempre redescobertas, como eram os *hypomnêmatas*.

Foucault (2006a: 152/153), citando Sêneca, refere ainda que as anotações de um *hypomnêmata*, embora nos venham através do contato com o que outros escreveram ou ensinaram, representam uma síntese do que delas nos foi possível compreender. São frutos de nossa apropriação, embora preservem sua origem, denunciando a filiação revelada nos pensamentos de quem os guardou.

Assim, a idéia do cuidado de si passa pelo processo de resguardar a singularidade, “criando a própria alma” em meio às afecções, próprias de nossa relação com o mundo. Mais uma vez, depreende-se que a questão do cuidar de si acontece na seleção do que se quer para si, o que fará parte de si.

No início deste trabalho lembramos dos baús, das heranças materiais que, ao serem guardadas para a posteridade, resguardam pistas de identidades individuais e coletivas. Encontramos nos *hypomnêmatas* a materialização daquilo que tentamos pensar em termos de como buscamos nos constituir, através daquilo que selecionamos para guardar e relembrar como parte de nossa história.

Também nos parece importante abordar o significado das coleções, pensadas enquanto forma de cuidar de si. Alguns estudos sobre o ato de colecionar, quando destituído de um utilitarismo, sugerem a intensidade e força de subjetivação de que são investidos os objetos guardados.

Quanto às lembranças contidas na constituição de uma coleção, pode-se pensar em uma outra forma de construção de memórias, eivada de subjetivação e motivações singulares, onde a necessidade de catalogação obedece a uma lógica particular, que entra na ordem da subjetividade do colecionador. Para Maciel (2004), o objeto colecionado perde a sua história e contexto originais, substituídos pela classificação própria de cada coleção.

Entendemos ainda o hábito de colecionar como uma construção, na qual a temporalidade e cada objeto são costurados pelo investimento das significações que relacionam o íntimo do colecionador com o mundo externo,

conferindo-lhes historicidade própria. A coleção adquire as identificações do colecionador, podendo servir de ponte entre um dentro empobrecido de experiências e referências, que busca fora, através da coleção, uma garantia de ancoragem em um passado vivo. O ato de colecionar ainda busca nos objetos a possibilidade de exercitar a criação da vida íntima, construindo a possibilidade de novas saídas, novas perspectivas e pontos de vista. O prazer de singularizar cada novo objeto adquirido sugere uma necessidade vital, quase autobiográfica, como se os objetos passassem a fazer parte de si, como um cuidar de si.

Ponderamos ainda que, assim como a história, a construção e o cuidado de si podem se fazer de múltiplas formas. Não podemos deixar de trazer o contraponto, pois dependendo de nossa relação com o passado, guardamos lembranças que não se constituem em cuidados de si. Além de tesouros, também podemos enterrar lembranças transformadas em “lixo”, aquilo que nos amarga e ressentido, que “abarrota” nossa memória. Dependendo do vigor ou desvigor de nossa potência de vida, podemos utilizar o passado como uma barreira que nos faz evitar o futuro, desistindo de enxergar o novo. Rauter (2000: 28) nos propõe algumas indagações ao basear-se na definição de “esquecimento” de Nietzsche, quando aborda o conceito de Memória Intensiva. A importância do esquecimento, para esta concepção de memória, implica uma relação com o passado em que se buscam os planos de imanência ou de vida potente. Isto significa valorizar o que há de intempestivo e criativo no processo da história. Esquecer, neste sentido, equivale ao aceitar novas formas de compreender o passado, podendo substituir o que se tornou passado pelo que é novo.

O ressentimento, por sua vez, revela uma relação de compromisso com um passado que não foi perfeito, que não correspondeu a todas as expectativas, aquilo que eternamente fica na condição de “deveria ter sido”. Tomar uma posição de ressentimento diante do passado é não poder suportar a irregularidade e multiplicidade dos resultados da experiência.

Resulta disto um desestímulo para acompanhar a fluidez do tempo e o devir da história. É como se algo não pudesse ser digerido, não pudesse ser visto de outra perspectiva. Ressentir-se é não poder refletir sobre o passado, não o deixando passar. É uma outra forma de cuidar de si, prevenindo-se do novo, daquilo que está por vir...

Cartografando a Memória Institucional

Sugere-nos Eirizik: "Construir e reconstruir moradas parece ser o desafio. Morada como um ponto aglutinador dos hábitos, dos costumes, das formas de ser e de se constituir como sujeitos. Espaços de dentro e de fora, inseridos na cultura. Não vivemos no vazio. É no espaço em que se desenrola a vida que vamos exercitando nossa experiência com os outros e conosco mesmos, aí vamos constituindo nossa subjetividade. Espaços de poderes – poder da língua, poder de sedução, poder do conhecimento, poder da razão, poder dos conceitos" (EIZIRIK, 2005: 85).

Em nossa análise, buscamos ressaltar a potência de vida que pulsa por entre os meandros da memória afetiva de uma instituição, que congrega os sujeitos de uma história voltada ao trabalho no poder judiciário. A experiência que enfocamos mostrou que há muitos mundos coexistindo no mundo do trabalho e que estes mundos são diversos entre si, com justaposições e dissonâncias. O trabalho agrega as vidas que sustentam e constituem muitas instituições, formando teias e redes de relações humanas, cujo fluxo do criativo e do novo ora se multiplica, ora sofre estagnação, tendo seus prosseguimentos e discontinuidades.

De todos estes possíveis momentos institucionais guardam-se lembranças, tal como pistas e vestígios que perduram através de um tempo múltiplo de intensidades. Encontramos a vida se impondo em cada momento quando observamos a força que têm as memórias, lembranças, afecções e afetos ao impulsionarem o ato de recordar. Dentro de cada individualidade,

de cada dobra subjetiva que um sujeito faz, a partir do que lhe é externo, encontramos um pouco disto que denominamos uma instituição.

Poder parar, refletir e se apropriar deste processo, transitando pelos momentos do tempo e percebendo que tudo que nos cerca, dentro e fora das instituições, faz parte de cada um pode se tornar um momento surpreendente. É um processo de relativização das verdades que constituem o nosso mundo, facultando perceber que tantas outras verdades são possíveis.

Jussara Maria Kircher Lima
Psicóloga,. Especialista em Psicologia Social e Institucional –
PPG/Psicologia Social (UFRGS)
jussaraklima@gmail.com.

Tania Mara Galli da Fonseca.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e
Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS
tfonseca@via-rs.net

Referências Bibliográficas:

BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionalistas: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, nº21, 1998.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.v.1 Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. Espinosa – Filosofia Prática. São Paulo:Escuta, 2002.

EIZIRIK, Marisa Faermann. Michel Foucault – Um pensador do presente. 2.ed.rev.ampl – Ijuí:Ed.Unijuí, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade e Política*/Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos V)

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*.2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

FONSECA, Tânia Mara Galli. *O acontecimentalizar nos modos de trabalhar e modos de subjetivar: por uma ontologia histórica. As Estrias da Razão através da Loucura- Fazer Razão na Loucura?*. Lisboa: Apenas Livros, 2006, v. 203, p. 17-40.

KIRST, Patrícia e COSTA, Gabriela Terra Leite de Pacheco. *Descontínua História fotográfica: São Pedro, Memória e Esquecimento*. Episteme, Porto Alegre, n.20, jan/jun.2005.

MACIEL, Maria Esther. *A memória das coisas; ensaios sobre literatura, cinema e artes plásticas*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2004.

PELBART, Peter Pal. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

RAUTER, Cristina. *A memória como campo intensivo: algumas direções a partir de Deleuze, Nietzsche e Proust. Formas de Ser e Habitar a Contemporaneidade*. Tânia Mara Galli Fonseca e Deise Juliana Francisco (Orgs). Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

ROLNIK, Suely. *O mal-estar na diferença*. Rio de Janeiro: Anuário Brasileiro de Psicanálise, vol.11, 1995.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*.2.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

¹ Exposição comemorativa ao Dia do Funcionário Público, realizada de 25/10 a 09/11/2007, proposta pelo Setor de Memória Institucional de órgão do Poder Judiciário Federal, no ano em que esse comemorava 18 anos de sua criação. Foi constituída e organizada através do empréstimo de fotografias relacionadas ao trabalho ou convívio de colegas. As fotos foram arrecadadas com o lançamento de uma campanha intitulada "Acervos Pessoais – Memórias Coletivas", tendo sido convidados a participar todos os servidores e magistrados em atividade ou aposentados, estagiários e terceirizados.

Para a arrecadação das fotos, foram entregues folders personalizados, "em mãos", convidando a todos para ajudar no resgate da história da instituição, através de suas experiências pessoais, ressaltando o quanto a "história" de cada um contava para a história institucional. Foram solicitadas fotografias que relacionassem e retratassem a vida de cada sujeito e seus vínculos com a instituição.

² Alguns servidores também gravaram depoimentos, dentro da proposta de comemorar o dia e a vida dos trabalhadores desta instituição. As gravações foram disponibilizadas paralelamente à mostra das fotografias.

³ Cerca de 1400 fotos foram emprestadas por servidores, magistrados e terceirizados, os quais totalizam aproximadamente 2000 pessoas. Alguns servidores que não doaram fotos entraram em contato com a organização da exposição, perguntando quando haveria uma nova edição. No livro de presenças, colheram-se muitos elogios e estímulo para que este trabalho tivesse continuidade.

⁴ Gilles Deleuze (2002), referenciando-se na filosofia de Baruch Espinosa, define o conceito de Afecção a partir de sua diferenciação em relação ao conceito de afeto. As afecções seriam imagens ou marcas corporais que provocam uma idéia, um afeto (espírito). A consequência das afecções seria um aumento ou diminuição da potência de agir. Deleuze (2002, p.56) explica ainda "...A *affectio* remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetante, ao passo que o *affectus* remete à transição de um estado a outro, tendo em conta a variação correlativa dos corpos afetantes..."

⁵ A exposição foi montada na passarela que liga os últimos andares dos prédios judicial e administrativo. Neste andar do prédio administrativo, existe maior fluxo de pessoas, pois é onde se localiza o restaurante. Os painéis com as composições de fotos agrupadas foram pendurados no meio da passarela, tendo imagens de ambos os lados. Até aquele momento, esta passarela nunca havia sido utilizada para exposições, embora seja um local bastante adequado para isso. Depois da exposição, esta passarela passou a ser usada por outros setores para trabalhos de divulgação interna.

⁶ Encontramos em Mil Platôs, v.1, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, as aproximações de uma definição do conceito de rizoma. Este termo é emprestado da botânica, onde define um tipo de caule de algumas plantas verdes que crescem horizontalmente, tanto podendo se expandir subterraneamente, como de forma aérea. No presente artigo, rizoma serve como um conceito-ferramenta, utilizado como um modo e perspectiva de entendimento das diversas possibilidades e conexões do tempo e dos processos humanos dentro das instituições. Assim como um rizoma, o tempo e as instituições não podem ser entendidos e explicados sem pressupormos sua multiplicidade e uma rede de possíveis conexões. Segundo Deleuze e Guattari (1995 p.37), "o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e...e..." ...".

⁷ Henri Bergson – filósofo e escritor francês. Escreveu *Matéria e Memória*, em 1896, e *A Evolução Criativa*, em 1907.

⁸ Segundo Eizirik (2005:117-119), Foucault descreve os cuidados de si de acordo com cinco grandes modalidades: 1 - através da forma corrente como são abordados na filosofia grega antiga; 2 - como uma série de ocupações, exercícios, práticas e atividades diversas; 3 - estreitamente relacionados com o pensamento e a prática médica; 4 - uma série de técnicas para o conhecimento de si; 5 - objetivando a conversão a si, pertencer a si, ser seu.